

A linguagem e o campo científico da economia*

Language and the Scientific Field of Economics

Rafael Galvão de Almeida e Celso Pereira Neris Junior**

Os economistas frequentemente discordam entre si sobre uma diversidade de assuntos. Mas, para um observador atento, é possível perceber que a característica comum entre eles é a maneira como falam. Quando se trata de economistas acadêmicos, observa-se que eles utilizam expressões, cuja articulação pode ser distinta entre os diferentes programas de pesquisa, com significados específicos.

Por exemplo, é comum tratarmos de “consumo”, “produção”, “preço”, “racionalidade”, “equilíbrio”, entre outros. No dia a dia, as pessoas também utilizam esses termos, mas que, na comunidade científica da ciência econômica, são considerados conceitos nucleares de determinadas teorias.

Os conceitos empregados na ciência econômica quase sempre são carregados de juízo de valor, embora alguns autores tenham se esforçado em defender a justaposição entre economia e ética na economia ao longo do tempo. Por esta razão, estudar a linguagem da ciência econômica é também uma maneira de tornar explícito estes juízos.

Tomemos, por exemplo, a palavra “racionalidade”. O dicionário Priberam define como a “qualidade do que é racional” ou a “faculdade de raciocinar”.¹ Entende-se que ao “usar a razão”, as pessoas devem abordar a situação com calma, normalmente ponderando as melhores alternativas. Quer dizer, agir com racionalidade é algo considerado adequado, bom, correto. Isso é uma implicação ética do termo.

Mais do que isso, um estudante de ciência econômica frequentemente percebe, nos manuais de economia, que a racionalidade não é só uma palavra, ela é um método. O conceito de racionalidade está presente no núcleo duro de determinadas teorias, sem qualquer refutação. Ele permite aos modelos econômicos “fecharem” e produzir resultados úteis.

* DOI: 10.29182/hehe.v26i2.951

** Respectivamente: (1) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com | (2) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Brasil | ORCID: 0000-0003-1280-3049 | E-mail: celso.neris@unesp.br

¹ <<https://dicionario.priberam.org/racionalidade>>.



Nas palavras de Douglass North, o arcabouço da teoria da escolha racional, que consiste na “teoria do preço e custo de oportunidade – a maneira econômica de raciocinar – é a ferramenta mais poderosa de todas as ciências sociais”. Este arcabouço teórico permite aos economistas “dominarem a conversa, não necessariamente porque [economistas] são mais barulhentos, mas por causa dessa maneira de raciocínio, [economistas] têm uma ferramenta muito poderosa” (Lyons; Cain; Williamson, 2008, p. 203, tradução nossa).

Com isso, podemos dizer que o conceito de racionalidade da teoria da escolha racional tem um papel fundamental no estilo de raciocinar da ciência econômica. E, ao empregar esse conceito, os economistas estão fazendo uma escolha de uma ética particular e seu conjunto de julgamentos morais implicados a respeito do que seria “bom” que as pessoas fizessem (Boumans; Davis, 2016). Uma cosmovisão, por assim dizer. É evidente que, fora dos muros da comunidade científica na ciência econômica, existem outras possibilidades comportamentais a respeito do que pode se constituir como algo bom na vida, que não tenha necessariamente a ver com essa perspectiva teórica de racionalidade (Boumans; Davis, 2016).

Assim, a palavra “racionalidade”, junto com suas variantes, tem não só um significado único para os economistas, mas também carrega um julgamento de valor implícito. Assim como “consumo” e “produção” – que re-matam suas respectivas teorias microeconômicas – “preço” e “equilíbrio”, entre todas as outras contidas nos manuais de ciência econômica.

A linguagem é um processo fluído. Uma palavra pode ter um significado hoje que não existia há 100 anos. Mais do que isso, palavras indicam variações na maneira como pessoas entendem certas questões. Não somente isso, quando pensamos na comunidade científica da economia, é frequente a disputa por termos considerados “atraentes”, como no caso do termo “economia política”, onde pesquisadores ligados a diferentes tradições tentam se apropriar dele para beneficiar a propagação das suas respectivas tradições (Almeida, 2021).

Isso nos permite uma breve digressão histórica pelas teorias econômicas. A década de 1930 foi um momento de grande mudança tanto na economia quanto na teoria econômica. Impulsionado pelas mudanças no nível de preços e da expansão do desemprego involuntário, atraindo economistas, matemáticos, clássicos e físicos, emergem aquilo que Shackle (1967) chamou de “anos da alta teoria”.

Nesse momento, muitos conceitos e métodos, que são comuns a qualquer estudante de graduação em ciência econômica hoje em dia, foram desenvolvidos. Por exemplo, a teoria da demanda por moeda, a econometria, o conceito de competição monopolística, o campo de estudo da macroeconomia. Como Hoover (2014) argumenta, Ragnar Frisch originou os termos “econometria”, “macroeconomia” e “microeconomia” nessa época para fazer uma separação entre aquilo que ele chamou de níveis de decisão e análise econômica. Essa separação criou fundamentos para a expansão do escopo da pesquisa econômica. Hoje em dia, pode se dizer que isso se traduz no alto nível de especialização, com inúmero nichos e subdisciplinas na ciência econômica, cada uma delas com seu jargão e folclore, seus “dialetos” (Cedrini; Fontana, 2018).

Escrevendo nesses anos, o economista escocês L. M. Fraser (1937) notou como os economistas estavam lidando com uma nova linguagem e, como é caro aqueles que lidam com uma linguagem nova, muitos ainda não dominavam determinadas estruturas de argumentos. Para ele, “os economistas não somente interpretavam errado os argumentos uns dos outros, mas também falharam em entender as implicações das suas contensões”, justamente por essas mudanças na linguagem (Fraser, 1937, p. 20, tradução nossa).

Neste mesmo momento, o jurista americano Thurman Arnold (1937) nota a emergência daquilo que ele chama de folclores entre diferentes tipos de economistas. Isto é, axiomas econômicos, derivados da linguagem que diferentes economistas usam, tornam-se guias práticos para diferentes grupos de economistas. E, como a prática precisa se ajustar mais rapidamente aos tempos do que a teoria, muitos desses termos ficam obsoletos e obscuros: “capitalismo, comunismo e fascismo eram as maiores realidades entre o povo, e ninguém poderia dar um relato inteligível de qualquer um desses sistemas” (Arnold, 1937, p. 2, tradução nossa).

Tanto Fraser quanto Arnold chamaram a atenção para um fenômeno pouco discutido já naquela época: o fato de que a teoria econômica não avança no mesmo ritmo que a linguagem. Se de um lado, tal característica é necessária para dar estabilidade ao corpo científico da economia (Stigler, 1982), por outro lado isso pode enrijecer as estruturas de comunicação.

Ao enrijecer as estruturas de comunicação, tem-se uma certa regularidade da atividade científica, mas em prejuízo de novas descobertas que podem ser úteis ao campo. Mas, essa linguagem padronizada e estável também pode ser uma força da ciência econômica, na medida em que ela pode afetar outros

campos de estudo. O pioneiro da escolha racional na ciência política, William Riker (1995) argumentou que o método econômico é o único modelo capaz de dar explicações robustas para as ciências sociais e à psicologia; um “sopro de ar puro” para ciência política, nas palavras de Hirschleifer (1985, p. 54, tradução nossa). Nas palavras de Lazear (2000, p. 142, tradução nossa, ênfase adicionada), “o objetivo da teoria econômica é unificar o pensamento e fornecer uma *linguagem* que pode ser usada para entender uma variedade de fenômenos sociais”. Desse ponto de vista, a linguagem econômica é a linguagem dos profetas, que são enviados às outras ciências para lhes trazer um evangelho de rigor e resultados.

Por outro lado, tal processo também tem resistência por parte de muitos praticantes de outras disciplinas, justamente porque observam a inadequação da linguagem econômica para o tratamento de certos problemas. Na mesma ciência política, o movimento “Perestroika” resistiu à tentativa de tomar a supremacia dos principais canais de transmissão, dando oportunidade para a resistência a algo que certos autores deram como certo (Hériter, 2016; Mörschbacher, 2018).

Até mesmo alguns argumentam que há uma reversão do imperialismo econômico (Ambrosino; Cedrini; Davis, 2023). Como coloca Coase (1978, p. 207, tradução nossa), “dizer que a economia é a ciência da escolha não será o suficiente para fazer com que sociólogo, cientistas políticos e advogados a abandonem seu campo ou, na pior das hipóteses, tornarem-se economistas”. Desse ponto de vista, a linguagem econômica é linguagem dos bárbaros acampados ao redor das muralhas da cidadela, traduzindo-se em empobrecimento.

A linguagem cria, então, muitas questões como essas. Tomando-se uma perspectiva focada na linguagem e na comunicação das ideias, há assim potencial para se entender o processo de produção científica da ciência econômica. Como enfatiza McCloskey ([1985] 1998), dados sozinhos não vão convencer – é necessário atar eles a uma narrativa, a uma história que seja capaz de chamar a atenção de uma audiência, seja para a convencer ou para fazer com que ela reaja, mesmo que negativamente.

O diálogo é um dos meios mais fundamentais pelo qual a economia avança e, muitas vezes, envolve elementos que são estranhos aos modelos matemáticos mais comuns na ciência econômica. Mas, apesar disso, os diálogos frequentemente estão calcados na linguagem em que esses modelos são comunicados. Isso posto, há na ciência econômica uma relação entre sua

linguagem, a maneira como ela convence sua audiência e o seu método dominante.

Em resposta às críticas ao seu livro de que narrativas não são necessárias, Thurman Arnold conclui com uma anedota: ele foi, durante um tempo, funcionário dos correios de Nova York, cuja organização tinha como lema a frase “nem neve ou chuva, nem calor ou frio da noite impedirão os carteiros completar rapidamente suas entregas”. De um ponto de vista puramente positivista, a frase poderia ser modificada para “o correio será entregue até em tempo ruim”. Sobre isso, Arnold (1938, p. 353, tradução nossa) comenta que “aquele que faz essa mudança não entende nem as funções, muito menos a arquitetura e os fatores emocionais que fazem com que as organizações funcionem”.

A tradução de determinadas ideias para uma linguagem objetiva carrega consigo essa possibilidade de perda do sentido original. Isso é um descolamento entre linguagem e realidade que, em última instância, está relacionado ao estreitamento da visão a respeito do objeto de estudo para que ele caiba no conceito escolhido. Algo comum no procedimento científico da ciência econômica.

Apesar disso, como pontua McCloskey ([1985] 1998), uma das formas da ciência evoluir é a partir do diálogo de ideias, do convencimento e seus processos. Embora rigor e conformidade com os preceitos científicos tenham tido um peso importante, Keynes e não Kalecki foi conhecido como o fundador da macroeconomia e Lucas, não Muth, foi conhecido como o fundador das expectativas racionais. Isso porque eles se preocuparam mais em apresentar seus resultados de forma condizente com a linguagem dominante de sua época; eles não reduziram o lema dos correios de Nova York a uma proposição simples e correta, objetiva cientificamente, porém sem atratividade.

Este dossiê pretende lidar com essas questões que envolvem linguagem e o campo científico da ciência econômica. Apresentamos seis artigos e duas traduções.

O artigo “Ciência é contar histórias: a ciência econômica como narrativa”, de e Lucas Casonato, discute a capacidade de contar histórias (*storytelling*) dos cientistas e de sua importância fundamental para o progresso e popularização da ciência, focando-se nos economistas. A assim chamada “economia da narrativa”, quando aplicada ao modo com que economistas constroem seus modelos, torna-se uma disciplina que investiga a retórica e a apresentação dos argumentos econômicos. Há uma ênfase em demonstrar como narrativas

agem diretamente no diálogo econômico, para organizar a ordem lógica entre eventos e conclusões. Demonstra-se com a aplicação do tratado clássico de retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2005), os escritos de retórica econômica de Arida (1984) e McCloskey ([1985] 1998), como economistas usam aquilo que é tradicionalmente associado a narrativas, com obras de ficção e as aplicações diretas feitas por alguns economistas, seguindo o volume editado por Morgan e Stapleford (2023).

O artigo “A Torre de Babel da ciência econômica: é possível um tradutor universal?”, de Tiago Camarinha Lopes, escreve sobre os problemas de comunicação entre os economistas. Há o reconhecimento de que diferentes tradições de pensamento econômico têm diferentes linguagens. Tais diferenças são representadas por fatores inerentes (diferenças políticas, metodológicas e histórico-locais) e fatores extrínsecos (comunicação propriamente dita). Usando exemplos do debate do cálculo socialista e das diferenças de interpretação da teoria do valor, Camarinha Lopes demonstra como diferentes tradições que se engajam nesses debates podem entender umas às outras, usando exercícios de tradução. Eles envolvem esforço para ver como que o outro pensa, para colocar em prático o pluralismo

O artigo “Ideas, virtues and the bourgeois deal: McCloskey’s rhetoric of economics reasserted”, de Lucas Klotz, é uma releitura da obra de McCloskey que se foca não somente no seu trabalho sobre retórica, mas a influência deste em seu trabalho posterior – especialmente a sua Trilogia Burguesa; nessa série de livros (*The Bourgeois Virtues* [2006], *Bourgeois Dignity* [2010], *Bourgeois Equality* [2016]), McCloskey argumenta que o que enriqueceu o mundo não foi o progresso tecnológico ou o aumento da produtividade, pelo menos não sozinhos, mas o sistema ético que emergiu da classe burguesa. Este sistema ético é o que permite a utilização racional dos recursos e o estabelecimento de relações amistosas de comércio. Klotz investiga os elos entre o trabalho anterior de McCloskey sobre retórica e seu trabalho mais recente de origens do desenvolvimento econômico.

O artigo “O estilo de raciocínio e a influência da ciência econômica”, de Celso Neris Jr., descreve o papel dos modelos econômicos e aponta quais as relações dessa discussão com a do papel das narrativas e das metáforas na ciência econômica. O texto argumenta que essas discussões tem em comum o fato de que a linguagem utilizada pelos economistas importa, uma vez que ela pode influenciar a realidade. Com isso, reconhece-se a necessidade de se investigar as implicações normativas da utilização dos modelos, o controle

das narrativas e o alcance das metáforas levando em consideração a estrutura institucional e cultural da ciência econômica.

O artigo “Problema da ‘viagem’ das ideias econômicas entre contextos distintos e os diversos níveis da linguagem dos discursos econômico”, de Cícero Lourenço e Emmanoel Boff, propõe-se a discutir a questão da “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos. Os autores partem da ideia de tradução das ideias econômicas, uma vez que a aplicação de determinadas ideias em contextos distintos passa por processos complexos e em contextos socioculturais distintos. Os autores fazem uma crítica metodológica à abordagem da difusão, que preconiza o fato de a viagem dê um conceito se dê de maneira linear, isto é, de um produtor para um receptor. O artigo se propõe a fazer, nas palavras dos autores, um sobrevoo pela abordagem de tradução das ideias, a fim de mostrar como ela é mais adequada para tratar da aplicação de conceitos econômicos em contextos sociais e culturais distintos do original.

O artigo “Wittgenstein entre os economistas: uma primeira aproximação”, José Ricardo Fucidji e João Victor Paulo Teixeira, tenta mapear as influências cruzadas entre Ludwig Wittgenstein e os economistas de Cambridge, John Maynard Keynes e Pierro Sraffa. O artigo mostra como conceitos de significado de Wittgenstein pode ter sido apreendido por Keynes por meio da teoria de interdependência industrial de Sraffa. Os autores mostram ainda como Wittgenstein atribuía importância intelectual a Sraffa, mas que o inverso não era verdadeiro. No entanto, os autores ressaltam uma via de influência. Enquanto Wittgenstein pode ter sido influenciado por um economista, o intelectual do Círculo de Viena, pode ter sido o ponto de confluência de importantes transformações da teoria econômica, uma vez que ele afetou teóricos como Frank Ramsey, Friedrich Hayek e John von Neumann.

O artigo “Não um método, mas uma gramática: a economia da palavra”, de Keith Tribe, é a tradução de introdução do seu livro de 2015, *The economy of the word*. Nele, Tribe investiga as origens da palavra “economia” e do linguajar associado a ela. A introdução expõe seu argumento, enfatizando como o linguajar econômico conquistou seu lugar na ciência econômica, num processo histórico. Tribe se foca em dois exemplos: a evolução de como os argumentos de Adam Smith, em *A riqueza das nações*, foram recebidos, indo de mera referência canônica a um texto digno de estudos mais aprofundados; e as similaridades entre as obras de Marx e Walras, em que ambos dialogam com o pensamento saint-simoniano da França pré-1848 para entender a evolução das desigualdades no capitalismo.

O artigo “Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua”, de Ryan Walter, é traduzido das primeiras seções de seu livro de 2021, *Before method and models: the political economy of Malthus and Ricardo*. Este livro é um trabalho na mesma linha do de Tribe, em que Walter busca entender o contexto no qual a economia política surgiu como disciplina. Contra a afirmação bastante comum de que Malthus e Ricardo foram os primeiros teóricos da economia, Walter procura demonstrar que eles estavam menos interessados em serem protótipos de economistas modernos e mais em participar dos debates públicos no contexto britânico da época. Eles elaboraram cuidadosamente sua linguagem para que ela fosse adequada aos debates ingleses, que viam com suspeitas palavras como “teoria” e “inovação”.

Assim, espera-se que este dossiê possa introduzir aos pesquisadores em economia, história econômica e disciplinas afins novas ideias sobre como os economistas pensam e como eles podem contribuir para a discussão em geral.

Referências

ALMEIDA, R. G. de. From ‘what new political economy is’ to ‘why is everything new political economy?’. *Economic Thought*, v. 10, n. 2, p. 28-46, 2021.

AMBROSINO, A.; CEDRINI, M.; DAVIS, J. B. Today’s economics: one, no one and one hundred thousand. *European Journal of the History of Economic Thought*, 2023. Forthcoming. DOI: 10.1080/09672567.2023.2238857.

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica, 1984. In: GALA, P.; REGO, J. M. (Org.). *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*. São Paulo: Editora 34, p. 13-44, 2003.

ARNOLD, W. T. *The folklore of capitalism*. New Haven: Yale University Press, 1937.

ARNOLD, W. T. The folklore of Mr. Hook: a reply. *University of Chicago Law Review*, v. 5, n. 3, p. 349-353, 1938.

BOUMANS, M.; DAVIS, J. B. *Economic methodology*. Understanding economics as a science. London: Bloomsbury, 2016.

CEDRINI, M.; FONTANA, M. Just another niche in the wall? How specialization is changing the face of mainstream economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 42, n. 2, p. 427-451, 2018. DOI: 10.1093/cje/bex003

COASE, R. Economics and contiguous disciplines. *Journal of Legal Studies*, v. 7, n. 2, p. 201-211, 1978.

DOBUSCH, L.; KAPELLER, J. Heterodox United vs. Mainstream City? Sketching a framework for interested pluralism in economics. *Journal of Economic Issues*, v. 46, n. 4, p. 1035-1058, 2012.

FRASER, L. M. *Economic thought and language*. A critique of some fundamental economic concepts. London: Adam and Charles Black, 1937.

HÉRITER, A. “Rigour versus Relevance”? Methodological discussions in political science. *Politische Vierteljahresschrift*, v. 57, n. 1, p. 11-26, 2016.

HIRSCHLEIFER, J. The expanding domain of economics. *American Economic Review*, v. 75, n. 6, p. 53-68, 1985.

HOOVER, K. D. Man and machine in macroeconomics. *Cahiers d'économie politique*, v. 67, n. 2, p. 15-34, 2014. DOI: 10.3917/cep.067.0015.

LAZEAR, E. P. Economic imperialism. *Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 1, p. 99-146, 2000.

LYONS, J. S.; CAIN, L. P.; WILLIAMSON, S. H. (ed.). *Reflections on the cliometrics revolution*. Conversation with economic historians. London: Routledge, 2008.

MORGAN, M. S.; STAPLEFORD, T. A. Narrative in economics: a new turn on the past. *History of Political Economy*, v. 55, n. 3, p. 395-421, 2023.

MÖRSCHBÄCHER, M. *A ciência e a política da ciência*. Pluralismo intelectual e diversidade profissional na ciência política norte-americana. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SHACKLE, G. L. S. *The years of high theory*. Invention and tradition in economic thought 1926-1939. Cambridge: Cambridge University Press, 1937.

STIGLER, G.J. *The process and progress of economics*. Nobel Memorial Lecture, 8 December, 1982. Nobelprize.org. Disponível em: <<https://www.nobel-prize.org/uploads/2018/06/stigler-lecture.pdf>>.